

# ESTUDOS SOBRE A ADOLESCÊNCIA E OS CONFLITOS SOCIOFAMILIARES

2018

**Mônica Reis de Oliveira**

Graduada em Psicologia pela Universidade Salvador – UNIFACS  
Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Universidade Estácio de Sá –  
UNESA (Brasil)

E-mail de contato:  
[psicologamonica@outlook.com](mailto:psicologamonica@outlook.com)

---

## RESUMO

O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa bibliográfica na qual o objetivo foi identificar e analisar a partir da base de dados eletrônica do Google Acadêmico o conteúdo das últimas pesquisas realizadas no Brasil sobre a adolescência e os conflitos sociofamiliares. Como resultado foram selecionados 30 (trinta) pesquisas e a maioria delas estavam relacionadas às Medidas Socioeducativas. Os estudos encontrados foram analisados a partir da quantidade e regiões em que foram publicados, da área do conhecimento, do seu conteúdo e do tipo de documento publicado: artigos, anais de evento, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. A partir dessas análises foi realizada uma discussão à luz do referencial teórico adotado.

**Palavras-chave:** Adolescência, conflitos sociofamiliares, pesquisas.

Copyright © 2018.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License 4.0.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



## INTRODUÇÃO

A adolescência tem sido descrita pela literatura como um período do desenvolvimento que ocorre entre a infância e a fase adulta, tendo natureza complexa, onde ocorrem inúmeros fenômenos como a busca de uma identidade, a valorização dos grupos sociais e possível distanciamento dos valores familiares, crises religiosas, desenvolvimento do pensamento abstrato, desenvolvimento da sexualidade entre outras transformações.

Entretanto, essa fase do desenvolvimento é descrita pelo epistemólogo construtivista Jean Piaget como o estágio de desenvolvimento mais avançado correspondendo ao período das operações formais que ocorre geralmente a partir dos 12 anos e prossegue a vida adulta, segundo o autor é a partir da adolescência que o sujeito consegue desenvolver esquemas conceituais abstratos, permitindo que o adolescente se envolva em discussões lógicas e resolução de problemas, podendo criticar os sistemas sociais e propor novos códigos de conduta, tornando-o consciente do seu próprio pensamento, ou seja, desenvolvendo habilidades metacognitivas, ajudando-o também a na busca pela identidade e autonomia pessoal que são para o autor, os principais desafios da adolescência (Rappaport, et al., 1981; Teodoro, Ohno, 2017).

Perceber que em meio a todos os aspectos relacionados a vivência da adolescência existem relações sociais e familiares, além de considerar a influência que o meio exerce na formação do sujeito se torna essencial para a construção de um trabalho que considerará os conflitos e embates deflagrados nessa relação.

No intuito de compreender o que revelam as mais recentes pesquisas nacionais publicadas na internet sobre os conflitos sociofamiliares na adolescência e tendo em vista que algumas famílias e a sociedade ainda encontram dificuldades em lidar com os fenômenos que ocorrem nessa fase do desenvolvimento, buscou-se conhecer quais eram os aspectos relacionados a esses conflitos que estavam sendo discutidos nos estudos publicados sobre esse tema.

Para que a análise dos dados atendesse as questões propostas as pesquisas encontradas foram catalogadas, as regiões que produziram mais estudos sobre o tema foram destacadas, e a análise do conteúdo das pesquisas foi realizada primeiramente considerando as palavras-chave que estavam destacadas nas publicações e depois considerando o conteúdo desses estudos.

Um trabalho que analise os conflitos nas relações sociofamiliares pode contribuir para a compreensão da natureza desses conflitos, bem como apoiar e fomentar as discussões entre os profissionais que lidam com as demandas emergentes dos serviços de saúde, educação e socioassistenciais.

A abordagem utilizada para a realização desse trabalho é a quali-quantitativa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e considerados estudos de publicações nacionais, pesquisados na base de dados eletrônica do Google Acadêmico. Como resultado apareceram aproximadamente 133 resultados em 13 páginas. Após a triagem dos mesmos foram selecionados 30 trabalhos dentre eles, 13 artigos publicados em revistas de divulgação de pesquisas, anais de eventos acadêmicos e trabalhos de conclusão de curso, 15 dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado. Esses estudos foram catalogados e posteriormente analisados.

## **A ADOLESCÊNCIA E AS SUAS VICISSITUDES**

A complexidade envolvida na compreensão da adolescência evidencia-se no elevado percentual de adultos que apresentam expressões de inconformidade frente ao seu comportamento considerado muitas vezes paradoxal (CESTANI, 2016). Ao mesmo tempo em que os adolescentes buscam uma identidade própria e se diferenciar principalmente das pessoas que convivem apresentam comportamento tribal se associando a outros com os mesmos gostos e comportamentos, o que se evidencia, por exemplo, no comportamento de associação entre jovens que são conhecidos com as mais diversas nomenclaturas: grupo de geeks, grupo dos que apoiam o funk, entre outros.

Além disso, considerando os aspectos envolvidos nas demandas que emergem na prática da psicologia clínica, as dificuldades enfrentadas na adolescência podem ser compreendidas como do tipo internalizantes (ansiedade e depressão) ou do tipo externalizantes (oposições, desafios e condutas antissociais), nesse sentido destaca-se a interação com os pares como sendo um dos fatores essenciais para o desenvolvimento do adolescente (NEUFELD, 2017).

Atualmente, com o advento das redes sociais os adolescentes encontram nas mídias eletrônicas mais um espaço de associação e compartilhamento de ideias parecidas. É interessante considerar que existem influências da globalização, especialmente das demandas contemporâneas relacionadas ao volume e velocidade de informações, natureza dos relacionamentos sociais que agora também são intermediados eletronicamente no processo de construção da identidade dos adolescentes, essas influências são mais facilmente observadas no comportamento que busca atender as demandas imediatas de prazer e conforto (CESTANI, 2016).

Como um reforço a esse fenômeno as redes sociais exibem padrões de beleza, comportamento, consumo e redes de “amigos virtuais” que estimulam a busca pela pressa e velocidade, entretanto esses fatores não ajudam no processo de maturação que demanda mais tempo. Os adolescentes podem não conseguir estabilizar vínculos com os seus pais, educadores e com os seus próprios amigos já que existe uma mudança de valores e interesses acontecendo a todo

o tempo. Do mesmo modo, os pais também podem se sentir perdidos com relação a maneira de lidar com os seus filhos, pois percebem os valores efêmeros e notam que constantemente há uma alternância entre o que é certo e errado ou o que é permitido e deve ser exigido o que amplia a busca por orientação de especialistas para dirimir as suas inseguranças (CESTANI, 2016; LIPP, 2014; NEUFELD, 2017).

Além das influências que a globalização e a pressa exercem nessa fase do desenvolvimento existem panoramas desfavoráveis aos adolescentes que são intrínsecos a própria fase do desenvolvimento, como por exemplo o sentimento de não pertencimento nem ao universo infantil, nem ao adulto, nesse sentido também é importante considerar que a passagem da adolescência para a vida adulta não apresenta uma estrutura clara, já que os jovens devem ocupar espaços e realizar tarefas que são muito diferentes daquelas já conhecidas do seu repertório comportamental (CESTANI, 2016; NEUFELD, 2017).

Considerando a perspectiva das dificuldades inerentes a adolescência, Arminda Aberastury e Maurício Knobel, consideram como “a síndrome normal da adolescência” cerca de dez sintomas que são: a busca de si mesmo e da identidade; a tendência grupal; necessidade de intelectualizar e fantasiar; crises religiosas, que vão desde o ateísmo até o misticismo fervoroso; deslocação temporal, quando o pensamento adquire características de pensamento primário; evolução sexual; atitude social de reivindicação com tendência antissocial; contínuas contradições em todas as manifestações de conduta; separação progressiva dos pais e constantes flutuações de humor e do estado de ânimo.

Já para Dopfner, Lehmkuhl, Heubrock e Petermann (2002) citado em Neufeld (2017), os problemas que mais ocorrem nessa fase estão relacionados a aceitação do próprio gênero, estabelecimento de relações íntimas, rompimento de vínculos com os pais, escolha de uma profissão, desenvolvimento de um sistema pessoal de valores e construção de práticas vistas como socialmente responsáveis.

Outra preocupação na adolescência que pode ser entendida como uma dificuldade, está relacionada a incidência da depressão que pode ser muitas vezes negligenciada pela família por confundir os seus sintomas com as alterações de humor características dessa fase. É importante considerar uma avaliação e tratamento adequados pois, sabe-se que o risco de suicídio entre adolescentes tem aumentado significativamente nos últimos anos (ABREU; SOUZA, 2017).

Além disso, também há que se considerar como uma preocupação os comportamentos de risco como por exemplo o abuso de drogas e a vivência da sexualidade, quando esta ocorre sem orientação e acompanhamento necessários.

Sendo assim, destaca-se que a adolescência é vista como uma fase difícil não apenas pelos adultos, mas também pelos próprios adolescentes, entretanto essa fase do desenvolvimento não

deve ser vista ou reduzida a uma fase de emergência de dificuldades e conflitos nas relações já que a adolescência também pode ser vivenciada pela família como um período de aproximação maior entre pais e filhos, troca de experiências e não necessariamente como uma fase de turbulência e crise (LIPP, 2014).

## **FAMÍLIA E SOCIEDADE**

Provavelmente a família é a instituição mais antiga da sociedade. Nessa instituição os indivíduos se relacionam por meio da afetividade e é comum que a sociedade veja essa instituição como responsável pela proteção e suprimento das necessidades dos seus integrantes (OLIVEIRA, 2017; NEUFELD, 2017).

Por se tratar do primeiro sistema de referência na vida das pessoas a família se constitui como um fundamental alicerce interligando os ciclos vitais do ser humano, atualmente há uma diversidade de conceitos relacionados à família o que pode ser explicado por diversos aspectos sociais, tais como: divórcio, recasamento, diminuição da quantidade de pessoas que fazem parte do núcleo familiar, participação da mulher no mercado de trabalho, entre outros (SANTANA, CAVALCANTI, & SHCULER, 2017).

Dentre os vários conceitos existentes, a família também pode ser definida como:

“A família é um conjunto de pessoas que se unem pelo desejo de estar juntas, por uma dinâmica chamada afetividade. E a afetividade é o maior conflito humano, porque envolve o seguinte: eu amo muito o meu filho e é com ele que mais brigo. É preciso suportar esse conflito, compreender esse conflito, por que sabemos que, quando brigamos em casa, isso é sinal de amor, que podemos brigar, gritar e depois reparar, pedir desculpas, beijar, abraçar. É o conflito que nos mantém vivos. (CAPELLATO, 2016. p.15.)

Dessa forma, sabe-se que no ambiente familiar é comum a existência de conflitos e isso nem sempre será considerado como algo pernicioso aos seus membros, os conflitos familiares tornam-se perigosos quando interferem essencialmente no desempenho das funções familiares que podem ser de ordem biológica, psicológica ou social. Funções familiares que estão principalmente relacionadas à proteção e ao oferecimento de condições mínimas para que um indivíduo se desenvolva e tenha os seus direitos respeitados fazem parte do conjunto de funções de âmbito social da família. Já a função biológica está relacionada à seguridade de sobrevivência, como por exemplo os cuidados ofertados aos recém-nascidos. A função psicológica é exercida quando a família acolhe

o indivíduo auxiliando-o na administração dos seus sentimentos e angústias pessoais (SANTANA, S. M., CAVALCANTI, R. P., & SHCULER, E., 2017).

Entretanto, discussões acerca das dificuldades que a família tem encontrado no desempenhar das suas funções, tem sido fonte de preocupação Brasil afora, além de ter ganhado força com o discurso especulatório político e religioso apontando essa instituição como degradante ou em declínio (GOLDANI, 1993).

Nota-se, entretanto, a família passa por transformações ao longo da história e devemos considerar que nas últimas décadas houve uma mudança no perfil da família brasileira que historicamente teve na função do cuidado uma responsabilidade feminina e como modelo ideal uma família composta por um casal heterossexual e filhos (DURHAM 1983 citado em OLIVEIRA, 2017, p.196). O que tem sido percebido é um crescente aumento do número de famílias monoparentais – isto é famílias chefiadas por uma pessoa, geralmente formada por uma mulher que é responsável pelo provimento familiar e do aumento de outros arranjos familiares (GOLDANI, 1993).

Além desses modelos familiares, existem outros, como por exemplo, famílias homoafetivas, bem como modelos diversos em que as pessoas se unem assumindo características de família sem a dependência da existência de laços sanguíneos, entretanto, desempenhando um papel essencial chegando a gerar dependência e códigos de conduta, essa família também se configura como uma rede de apoio social que pode ser formada por pessoas com vínculos de amizade de um longo período, filhos, ex-parceiros, que geralmente relacionam-se entre si, esse modelo é conhecido como “família de escolha” e é comum na comunidade homossexual (FRANÇA, 2009).

Para Silva (2015) citado em Santos (2017) é necessário considerar que alguns pais têm dificuldades em assumir papéis parentais por terem vivenciado situações adversas em suas famílias, o que pode ocasionar em uma relação conflituosa com os seus filhos adolescentes.

Quanto às questões comportamentais e a família, entende-se que o adolescente está em desenvolvimento, por isso pode se expressar em algumas situações de maneira irresponsável e até mesmo violenta, cabendo aos responsáveis a orientação. Para Rappaport, et al. (1981) citado em (SANTOS, 2016, p.40) a família é o principal agente socializador e cabe a ela a responsabilidade de fazer com que seus filhos desenvolvam características de personalidade e de comportamentos consideradas adequadas ao grupo cultural a que pertence.

Em contraponto, é necessário considerar que a família e os indivíduos, principalmente as famílias que vivem no contexto e cenário brasileiro, não devem ser culpabilizados individualmente pelas suas dificuldades já que os mesmos se encontram inseridos numa sociedade com valores, costumes, tradições e estão imersos no sistema capitalista numa contemporaneidade globalizada, fatores que também atravessam a dinâmica e as relações familiares.

Dessa forma, é importante pensar a família como uma instituição que está vinculada socialmente e que ao mesmo tempo em que influencia a sociedade é por ela influenciada, não focando apenas nos aspectos das interações entre pais e filhos. É necessário a compreensão do nível de interferência que o meio pode ter sobre os seus membros, já que políticas públicas e outras “intervenções sociais” podem afetar a qualidade da convivência familiar (OLIVEIRA, 2017). Isso muda a perspectiva da família como instituição em declínio e amplia o olhar para o social, afinal se a sociedade se encontra em crise seja pela violência e falta de controle ou por contextos políticos e econômicos desfavoráveis, que são exibidos cotidianamente na mídia, isso também poderá influenciar a família e as suas relações, já que esta se constitui como um microsistema que interfere e recebe interferência de outros sistemas sociais, ademais na tentativa de compreender a dinâmica familiar é necessário não focalizar apenas nas relações intrafamiliares ampliando o foco para perceber como a família e os seus processos são afetados por condições extrafamiliares (BROFENBRENNER, 1996 citado por OLIVEIRA, 2017 p. 198).

Além do ambiente familiar, os adolescentes participam de muitos espaços sociais, tais como escolas, igrejas, associações, clubes, além da própria comunidade em que vivem, o que pode contribuir para a aprendizagem e o desenvolvimento, bem como a aquisição de novos comportamentos mediados pela aprendizagem social, destaca-se também que os modelos sociais também são responsáveis pela transmissão e modificação de comportamentos através da observação mesmo sem a existência de um reforço externo direto ou a demora entre a observação do modelo e o comportamento emitido como resposta à esse modelo observado. A Teoria da Aprendizagem Social proposta por Bandura propõe que as experiências vividas pelos sujeitos e as experiências que o sujeito observa outras pessoas vivenciarem determinam a gama de comportamentos disponíveis para o sujeito, o comportamento humano seria então o produto das expectativas aprendidas em situações parecidas com a que a pessoa se encontra, porém, mudanças sutis nas situações podem gerar novas expectativas no sujeito e conseqüentemente um comportamento completamente diferente, o que sugere que as condições de estímulo são complexas e envolvem fatores cognitivos e motivacionais (RAPPAPORT, et al., 1981). Para além das discussões acerca do comportamento social do adolescente e suas possíveis causas, também se destacam fatores relacionados ao gênero que também se configuram como fatores importantes a serem considerados no que diz respeito a aspectos relacionados ao comportamento dos indivíduos nessa fase do desenvolvimento.

## METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

A abordagem utilizada para a realização da pesquisa é quali-quantitativa, justifica-se essa abordagem pelo fato do estudo ter sido conduzido através de dados mensuráveis, com variáveis especificadas e por realizar uma leitura crítica dessas informações a partir do referencial teórico adotado.

Foi feita uma pesquisa bibliográfica na qual foram observados conceitos relacionados a adolescência e os possíveis conflitos que emergem nesse estágio do desenvolvimento, foram considerados estudos de publicações nacionais, pesquisados na base de dados eletrônica do Google Acadêmico com o propósito de responder o seguinte questionamento: O que as pesquisas e estudos recentes descrevem sobre a adolescência e os conflitos sociofamiliares?

Foram consideradas publicações realizadas no ano de 2017, com pesquisas feitas até o ano de 2016, publicações de pesquisas realizadas em período anterior foram descartadas, também foram descartadas pesquisas de língua portuguesa não desenvolvidas no Brasil, estudos e pesquisas que não tratavam essencialmente dos conflitos e das dificuldades sociofamiliares que acontecem na adolescência.

Ao colocar as palavras: “adolescência” e “conflitos sociofamiliares” no buscador, apareceram aproximadamente 133 resultados em 13 páginas. Para a selecionar os artigos foi necessário realizar a leitura dos resumos, bem como análise das palavras-chave já que as mesmas correspondem às palavras que conseguem descrever, identificar e caracterizar as ideias dos trabalhos científicos realizados. Após a triagem dos resultados foram encontrados 30 trabalhos dentre eles, 13 artigos publicados em revistas de divulgação de pesquisas, anais de eventos acadêmicos e trabalhos de conclusão de curso, 15 dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado. Esses estudos foram catalogados e posteriormente analisados, a Tabela 1 relaciona os estudos encontrados e analisados.

<i><b>Título</b></i>	<i><b>Autor (es)</b></i>
Auto-organização na construção de projeto de vida pelo adolescente em ressocialização	Rafael Garcia Campos
Do zigue-zague à subcidadania: trajetórias de (des) territorialização e violação de direitos humanos dos jovens que cumpriram medida socioeducativa de internação na cidade de Porto Alegre	Ana Paula Motta Costa, Victória Hoff da Cunha
JUSTIÇA RESTAURATIVA E MAIORIDADE PENAL: Efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente e Justiça Humanizada	Carolina Angelo Montolli



O atendimento ao adolescente infrator no programa de prestação de serviço à comunidade do município de Matipó	Larissa Alves de Oliveira, Márcia Helena de Carvalho
Análise do processo de construção do Plano Individual de Atendimento para efetivação das medidas socioeducativas	Flávia Caroline Santos Cardoso Pereira
Desnaturalização da exploração sexual vivenciada por adolescentes atendidas no centro de referência especializado de assistência social de Álvares Machado	Joselaine Cristina de Oliveira GRANDIZOLI, Eduardo Luis COUTO
Corpo humano e sexualidade na revista Ciência Hoje das Crianças (2001 a 2010)	Paola Graciela dos Santos Morais, Heloisa Junqueira e Tatiana Montanari
Políticas sociais e a construção do aparato legal no atendimento socioeducativo em tempos de estado mínimo	Renata Melo de Souza, Renata Maldonado da Silva
As políticas públicas de atendimento socioeducativo em meio aberto no município de Barbalha no paradigma da proteção integral	Cícero Ricardo Cavalcante da Silva
A rede social no enfrentamento da violência nas escolas de ensino médio	Michelly Rodrigues Esteves, Maria das Graças Carvalho Ferriani, Maria Aparecida Beserra, Diene Monique Carlos, Andressa Janerini Oliveira, Bárbara Cristina Rodarte
A família e o adolescente criminalizado	Glaziane Dias do s Santos
Adolescentes, gravidez e atendimento nos serviços de atenção primária à saúde	Maryama Naara Felix de Alencar Lima <sup>1</sup> , Denise Martin Coviello <sup>2</sup> , Thoyama Nadja Felix de Alencar Lima <sup>3</sup> , et. Al.
Vítima ou Violadora de direitos? Um Estudo a partir da realidade das genitoras atendidas no CREAS/PAEFI no Município de Palhoça	Greice Juliane Ribeiro Bessa
Crianças e adolescentes em situação de rua: uma realidade social	Elsa Rosália Scarone
Por entre Significados: as Medidas Socioeducativas através dos sujeitos que as vivenciaram	Luciana Gomes de Lima Jacques, Beatriz Gershenson
O pedagogo-orientador educacional no acolhimento e acompanhamento de adolescentes em medida socioeducativa	Izete Santos do Nascimento
Vidas matáveis: juventudes e narcoeconomia em debate na formação continuada de docentes	Francisco waldílio da silva sousa
Política de esporte, cultura e lazer na socioeducação: a intersetorialidade em questão na unidade de internação de são sebastião – df.	Gabriela Cordeiro Ribeiro

Trajetórias de Acesso às Políticas Públicas: juventude e medidas socioeducativas	Erlayne Beatriz Félix de Lima Silva
Performance e violência na escola: reflexões bakhtinianas	José Luiz de Souza Santos
EDUCADOR SOCIAL: A contribuição das trajetórias de aprendizagem e do vínculo com o aprender para a constituição do ensinante e para a atuação junto a jovens em situação de vulnerabilidade social	Marlise Silva Lemos
Paternidade dos adolescentes em conflito com a lei e o sistema nacional socioeducativo	Ana Lourdes Maia Leitão
O retorno para a escola da comunidade dos adolescentes que cumpriram medida socioeducativa em meio fechado	Jéssica Sanches
A garantia da convivência familiar e comunitária: desafios postos ao programa de acolhimento familiar na região das missões	Vanelise de Paula Aloraldo
Continuidades e rupturas nas histórias de vida de jovens usuários de drogas em medidas socioeducativas	Rogério Rodrigues Gomes
A “família Santa Clara”: Um estudo sobre uma experiência de acolhimento	Renato Luiz Fonseca Brascher
Ressignificando o papel do educador no contexto das medidas socioeducativas	Mariana Torres Bher
O olhar dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (scfv)	Renata Kerr de Souza
A atuação do psicólogo no “reino tão, tão distante” do adolescente autor de ato infracional	Adriano Ricken Barone
Meninas de Santa Maria : a precarização da vida na medida socioeducativa de internação	Natália Pereira Gonçalves Vilarins

Considerando a quantidade de estudos encontrados e a localidade em que foram publicados e realizados as pesquisas a Tabela 1 evidencia que as regiões do país que mais produziram estudos (considerando o período de tempo usado como critério de pesquisa) sobre a adolescência e os conflitos sociofamiliares é a sudeste, seguida do sul, nordeste e centro-oeste. Os estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo se destacam por terem produzido maior quantidade de pesquisas, seguidos dos estados de Minas Gerais e Paraná.

Com relação as palavras-chave (Figura 1), observou-se durante a contagem que muitas eram sinônimas, dessa forma, em medidas socioeducativas também foram somadas a quantidade

de vezes que palavras como: adolescente em medida socioeducativa e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducacional apareceram na pesquisa. O mesmo ocorreu com outras palavras que tinham o mesmo sentido e/ou significado como por exemplo: educação social, socioeducação e socioeducativa bem como adolescente e adolescência, até mesmo infância e adolescência e criança e adolescente. Outras palavras não foram destacadas nem apareceram no gráfico por terem aparecido poucas vezes. O que mais se destaca, no entanto é que a maioria das pesquisas sobre adolescência e conflitos sociofamiliares encontradas estavam relacionadas ao contexto do cumprimento de algum tipo de Medida Socioeducativa.

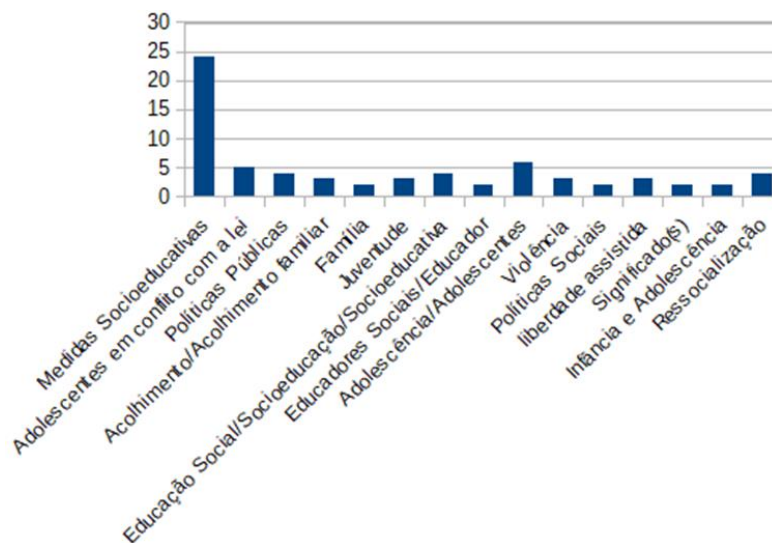


Figura 1.

Isso indica que no que tange aos conflitos sociofamiliares que acontecem na adolescência o que mais chama a atenção e desperta interesse nos pesquisadores e profissionais que atuam com adolescentes atualmente é justamente a relação entre o cumprimento das medidas socioeducativas e a adolescência, o que sugere a ocorrência de conflitos sociofamiliares que preocupa esses pesquisadores está relacionada a um contexto de incidência de violência e vulnerabilidade social, também podemos inferir que os “conflitos” podem estar relacionados ao ato infracional em si mesmo e o próprio cumprimento das medidas, bem como das dificuldades ou realidades enfrentadas pelos profissionais que acompanham esses jovens e as suas famílias e o contexto social no qual estão inseridos. Outro fator importante a ser destacado se relaciona as áreas em que esses estudos foram desenvolvidos, as duas teses encontradas são da área de educação e ambas trazem temas que estão relacionados a violência e punição na adolescência, em uma tese a preocupação da pesquisa está em relacionar o narcotráfico ao alto índice de mortalidade entre os jovens envolvidos com o fenômeno da drogadição e a formação docente, já na outra pesquisa o interesse é em compreender os sentidos atribuídos aos comportamentos desviantes formalizados como atos

infracionais considerando jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no contexto do Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS. Com relação as quinze dissertações identificadas, desenvolvidas em todas as regiões do Brasil, exceto na região norte, todas relacionadas às áreas de direito, psicologia, serviço social, educação, saúde e estudos sociais, foram encontrados predominantemente interesses em medidas socioeducativas, liberdade assistida, acolhimento, ato infracional, ou seja, reforçando o conteúdo da temática de interesse das pesquisas desenvolvidas que resultaram em teses de doutoramento.

Já para os treze artigos publicados em revistas, trabalhos de conclusão de curso e anais de eventos achados o destaque se dá pela região de suas publicações, pois apenas uma dessas publicações foi realizada no estado da Paraíba, as outras todas estão nos estados das regiões Sudeste e Sul. Quanto ao conteúdo desses trabalhos, a maior ênfase ainda está relacionada aos temas identificados nas pesquisas que resultaram em dissertações e teses.

Também foram identificados trabalhos preocupados com: violência e exploração sexual, corpo humano e sexualidade, violência escolar, gravidez na adolescência, negligência familiar e violação de direitos, crianças e adolescentes em situação de rua, narcoeconomia e educação.

## **O CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO BRASIL**

Apesar das opiniões acerca da violência e suas manifestações terem sempre uma conotação negativa uma sociedade sem nenhuma expressão de violência é utópica. Para Levinsky (1998) citado em Santos (2016) os jovens normalmente vivem um estado de ambivalência e impulsividade e estão sendo conduzidos à confusão e violência.

A prática de atos infracionais na população jovem do Brasil está geralmente associada a contextos de violência e vulnerabilidade social, ou seja, num país de grandes desigualdades e adolescentes sem perspectivas de inclusão e absorção pelo mercado de trabalho, vivendo num ambiente com oferta de drogas e armas a possibilidade de entrar no mundo do crime passa a ser uma maneira perversa de integração social, portanto, é necessário estar atento para a situação de direitos violados, baixa escolaridade e carência na qual se encontram os nossos adolescentes (COSTA, et. al. 2011)

Então, quando ocorre o cometimento de ato infracional pelo adolescente, o artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê aplicação de medidas socioeducativas. Essas medidas têm o caráter predominantemente educativo e são a resposta a prática de um delito, adolescentes de 12 a 18 anos podem receber essas medidas, cabendo a justiça acompanhar a execução dessas medidas e inspecionar estabelecimentos em que são aplicadas com a finalidade

de aprimorá-las. Essas medidas socioeducativas podem ser aplicadas na modalidade de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Liberdade Assistida (LA), semiliberdade e internação ou até mesmo uma advertência ou a obrigação de reparar um dano.

A Política Nacional de Assistências Social (2004) estabelece que medidas socioeducativas em meio aberto, ou seja, PSC e LA compõe um dos serviços oferecidos pelos CREAS locais. Sendo assim, os técnicos que atuam nesse equipamento (conforme estabelece a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social no ano de 2006), psicólogos, assistentes sociais e advogados acompanham esses adolescentes e suas famílias.

Com relação à escola, e a relação que esses adolescentes têm nela, cabe ressaltar que:

“Os jovens que cumprem medidas socioeducativas são, não raramente, estigmatizados por sua condição social e pelo uso de substâncias psicoativas. Esses jovens, de modo geral, tem uma relação difícil com o sistema de ensino formal por serem destemidos e temidos e muitas vezes levarem consigo as contradições sociais expressas na possibilidade de confronto tanto com as pessoas que exercem papel formativo como é o caso dos professores, como com outros jovens rivais, o que eles denominam como “rixa” ou “guerra” e que pode evoluir para situações de violência e morte.” (GOMES, 2017.p.14-15.)

A escola e suas demandas de ensino e aprendizagem já são por si só emergentes e muitas vezes a escola não consegue ter recursos para lidar com a complexidade dessa situação, sendo que a presença de um adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa pode ser mais um fator agravante para os atores envolvidos no processo pedagógico.

Acerca do cumprimento de medidas socioeducativas, deve-se considerar também que foi instituído o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ou SINASE, com o objetivo de regulamentar a prestação do serviço de atendimento especializado que os adolescentes que cometem ato infracional têm direito. De acordo com o SINASE é de responsabilidade do município a elaboração de um plano municipal de atendimento socioeducativo. Recomenda-se ainda a elaboração de um Plano Individual de Atendimento (PIA), elaborado pela equipe técnica que atua na rede de proteção. No PIA constará o planejamento das ações capazes de paralisar os fatores que levaram ao cometimento do ato infracional proporcionando ao adolescente a vinculação a uma rede de proteção externa bem como a elaboração e realização de um projeto de vida dando a esse adolescente novas perspectivas.

Dessa forma, o adolescente que cumpre Medida Socioeducativa quando permanece em situação de vulnerabilidade social e não tem a oportunidade de realizar um projeto de vida, ampliando as suas possibilidades de inclusão social, pode permanecer em risco social.

Nessa complexa teia que esses adolescentes estão envolvidos profissionais da educação, saúde, direito, assistência social e psicologia configuram como atores que promovem intervenções no intuito de compreender e romper o ciclo de violência e violação de direitos no qual esses adolescentes estão envolvidos. Sendo assim, é compreensível que as pesquisas encontradas sejam dessas áreas, já que essa tem sido uma demanda emergente que tem atraído o interesse desses profissionais.

## CONCLUSÕES

A adolescência ainda tem tido as suas características interpretadas como confusas e complicadas, até mesmo pelos próprios adolescentes. As famílias que vivenciam a adolescência apresentam diversas dificuldades, dentre elas a maneira de lidar com esses filhos que já não são mais crianças, entretanto ainda estão em desenvolvimento e não devem ser cobrados nem levados a assumir as responsabilidades de um adulto.

O mundo contemporâneo e as suas demandas emergenciais se configuram como outro fator que torna a adolescência ainda mais complexa, já que a pressa e a mudança não permitem que o indivíduo experiencie o tempo necessário para a maturação. A família também fica insegura, no que se refere a maneira de lidar com esses jovens devido ao grande número de informações de especialistas expostos pela mídia, valores por vezes contraditórias no que diz respeito ao papel social da família e em especial dos pais, poderíamos exemplificar percebendo que hora alguns afirmam ser possível cobrar do adolescente determinada postura e conduta, hora questionam essas possibilidades de cobrança comportamental.

Além disso, a família é vista como uma instituição que provê os recursos necessários ao desenvolvimento e inclusão social dos indivíduos, sendo cobrada e questionada quando essa inclusão social não ocorre conforme às expectativas. Ao longo do tempo as configurações familiares têm mudado, o que levou a discursos religiosos e políticos especulatórios sobre a degradação dessa instituição, entretanto, nota-se que a sociedade também influencia e é influenciada pela família e isso nos permite inferir que a suposta degradação é vivenciada em todo o contexto social.

As pesquisas revelaram que o tema que tem despertado maior interesse e volume de pesquisas no que tange à adolescência e aos conflitos sociofamiliares atualmente é a questão das Medidas Socioeducativas, a análise crítica revelou que essas medidas socioeducativas têm sido cumpridas nos Centros de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS e que os atores envolvidos nesse processo de ressocialização são justamente os profissionais das áreas que realizaram as pesquisas: profissionais da educação, saúde, direito, psicologia e assistência social.

Portanto, entende-se que as pesquisas relacionadas a esse tema, revelam a demanda e os desafios que esses profissionais encontram na tentativa de intervenção nesses contextos de violência e violação de direitos no qual os jovens estão inseridos. Os conflitos sociofamiliares se revelam como situações que demandam uma intervenção articulada com diversos atores inseridos em vários setores tais como educação, saúde e assistência social, dentre outros, já que esses conflitos estão relacionados ao cumprimento de Medidas Socioeducativas.

Apesar de considerar que os objetivos da pesquisa foram alcançados, bem como foi respondida a natureza do seu questionamento principal: o que as pesquisas e estudos recentes descrevem sobre a adolescência e os conflitos sociofamiliares, faz-se imperativo realizar algumas considerações.

A primeira delas é o fato de que se a mesma pesquisa fosse realizada avaliando um intervalo de tempo maior para consulta de material possivelmente poderia ter encontrado outros resultados, portanto, recomenda-se mais pesquisas relacionando a natureza dos conflitos sociofamiliares na adolescência abrangendo um intervalo de tempo maior. Outro fator importante é perceber que é possível que nesse momento histórico e social do Brasil em que os efeitos de uma crise econômica afetam a população seja compreensível que os resultados da pesquisa apontem para um aumento de atos infracionais e violência na sociedade.

Recomenda-se, portanto, mais pesquisas e estudos relacionados a temática proposta no intuito de conhecer a incidência de outros aspectos relacionados às demandas referentes aos conflitos sociofamiliares que aparecem na adolescência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. Adolescência Normal – um enfoque psicanalítico. BALLVE, S. M. G. (Trad.); CAMPOS, J. (Trad. e Rev.) Porto Alegre: Artmed, 1981.

ABREU, T. O.; SOUZA, M. B. A influência da internet nos adolescentes com ações suicidas. Revista Sociais & Humanas. Vol. 30, n. 1, p.158-173, 2017.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Brasília, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Lei Federal nº12.594, de 18 de janeiro de 2012. Brasília, 2012.

CAPELATTO, I. Diálogos sobre a afetividade. Campinas: Papyrus, 2016.

CESTANI, Ir. A. Adolescência: tentando compreender o que é difícil entender. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016

COSTA, L. F. et al. Adolescente em conflito com a lei: relatório psicossocial como ferramenta para promoção do desenvolvimento. Psicologia em Estudo, Maringá, v.16, n.3, p.379-387. 2011.

FRANÇA, M. R. C. Famílias Homoafetivas. Revista Brasileira de Psicodrama, São Paulo, v.17, n.1, p. 21-33. 2009.

GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. Cadernos Pagu, n.1, p.67-110. 1993.

GOMES, R. R. Continuidades e rupturas nas histórias de vida de jovens usuários de drogas em medidas socioeducativas. 2017. 139 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.



LIPP, M. (Org.) O adolescente e seus dilemas: Orientação para pais e educadores. Campinas: Papirus, 2014.

LOPEZ, F. A.; CAMPOS Jr., D. (Org.) Filhos Adolescentes: de 10 a 20 anos de idade dos pediatras da Sociedade Brasileira de Pediatria para os pais. Barueri: Manole. 2012.

NEUFELD, C. B. (Org.) Terapia Cognitivo-comportamental para adolescentes: uma perspectiva transdiagnóstica e desenvolvimental. Porto Alegre: Artmed. 2017.

OLIVEIRA, A. C. Famílias cuidados e políticas públicas no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro. Acervo, n.30, n.1, p. 195-208. 2017.

RAPPAPORT, C. R.; et al. Psicologia do Desenvolvimento: Teorias do desenvolvimento conceitos fundamentais. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA. 1981.

SANTANA, S. M., CAVALCANTI, R.P., & SCHULER, E. Terapia Cognitivo Comportamental para familiares de dependentes químicos. In Federação Brasileira de Terapias Cognitivas, Neufeld, C. B.; FALCONE, E.M.O.; RANGÉ, B.P. (Orgs). Programa de Atualização em Terapia Cognitivo-Comportamental: Ciclo 4. Porto Alegre: Artmed. V.1, p. 91-124.2017.

SANTOS, G. D. A família e o adolescente criminalizado. Revista Pretextos, v.2, n.3, p.40-56. 2017.

TEODORO, M. L. M.; OHNO, Priscilla Moreira. Desenvolvimento do sistema de crenças. In Federação Brasileira de Terapias Cognitivas, Neufeld, C. B.; FALCONE, E.M.O.; RANGÉ, B.P. (Orgs). Programa de Atualização em Terapia Cognitivo-Comportamental: Ciclo 4. Porto Alegre: Artmed. V.1, p.9-54. 2017